

O Estado Liberal e o Estado em Marx: Diálogo com as políticas educacionais no Brasil atual

Pedro Paulo Baruffi ¹

RESUMO

O presente trabalho discute a educação e suas políticas públicas nos contextos atuais, mas para isso ela vai direto nas raízes de tais questões. Nas raízes estão a concepção do Estado liberal, a compreensão do Estado em Marx dessa forma o objetivo geral é oportunizar um diálogo entre o Estado, Marx e as políticas neoliberais atuais. Os objetivos específicos são (I) refletir sobre a concepção do Estado Liberal; (II) entender o Estado em Marx; (III) dialogar com as políticas neoliberais na educação. Levando em consideração o caminho metodológico essa pesquisa é qualitativa e sua abordagem é bibliográfica exploratória. Por fim é possível concluir que a chegada dos ultraliberais no poder a partir de 2016 desempenhou várias políticas como a Reforma do Ensino médio e a BNCC que vão de encontro direto com o Estado Burguês altamente criticado por Marx.

Palavras-chave: Estado Burguês, Políticas Educacionais, Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

Cada vez mais os interesses neoliberais vêm ganhando forças dentro das políticas educacionais brasileiras. Infelizmente as dinâmicas da política brasileira ignoram as reais necessidades do país em torno dos interesses ideológicos e de poder. Tudo isso tem promovido mudanças no país que afetam não somente o futuro da educação, mas milhões de estudantes são afetados. Aqui é possível selecionar a Reforma do Ensino Médio ou melhor a lei nº13.415 de 2017 e também a Base Nacional Comum Curricular como algumas das políticas que entram em vigor de forma rápida quase sem diálogo das partes interessadas e não somente isso é possível observar o teor dos conteúdos e como isso vai dialogar diretamente com o tipo de Estado que se tem.

Esse artigo vai organizar as reflexões em torno do Estado explicando como o Estado Liberal é concebido em seguida discute-se os pensamentos em Marx e Engels sobre o Estado burguês e por fim dialoga com essa concepção de Estado das políticas neoliberais.

¹ Mestre em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, pedro.baruffi@uniarp.edu.br

O presente trabalho tem como objetivo geral oportunizar um diálogo entre o Estado, Marx e as políticas neoliberais atuais. Os objetivos específicos são: refletir sobre a concepção do Estado Liberal; entender o Estado em Marx e dialogar com as políticas neoliberais na educação.

Infelizmente o Brasil passa momentos difíceis na educação a nível nacional e isso vem de encontro com a forma de atuação ideológica que está na frente das principais pastas ministeriais e que dificultam avançar em qualidade e igualdade.

METODOLOGIA

A proposta de pesquisa apresentada é de caráter bibliográfico, a pesquisa bibliográfica nada mais é do que apresentar as ideias já discutidas, levantando críticas e posições sobre o tema estudado (Gerhardt e Silveira, 2009). Neste tipo de pesquisa há investigações sobre ideologias, tendo em vista que possibilita análises diversas de opiniões sobre o assunto em pauta (LOZADA; NUNES, 2018).

Na pesquisa bibliográfica será utilizada artigos e livros dos principais autores do tema abordado como Silva e Marcasso (2020), Lenin (2017), Evangelista e Pereira (2019), Ferraro (2009) entre outros. A abordagem da pesquisa será qualitativa, neste tipo de pesquisa a preocupação se dá pelo aprofundamento para compreender um determinado grupo social, desconsiderando os fatores numéricos e o positivismo levando em consideração as realidade que são múltiplas (GERHARDT E SILVEIRA, 2009).

Em relação aos objetivos, esta pesquisa assume natureza exploratória, de acordo com Gil (2012) sua principal finalidade se desenvolve em poder esclarecer conceitos e ideias, tendo como objetivo formulação de problemas. Neste tipo de pesquisa possibilita um conhecimento profundo sobre a questão exposta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As discussões em torno do Estado sempre serão um eterno ir e vir isso se dá pela complexidade da sociedade que foi construída até a contemporaneidade nesse sentido há aqueles que defendem de forma cada vez mais avançada a superação do Estado e isso se dá pelos neoliberais mais ferrenhos que acusam o Estado de ser o grande limitador do livre mercado e também para os comunistas do qual nutrem o seu eterno desejo de findar o Estado no caminho da

sociedade coletiva. Também é possível de perceber que na visão de uma parte da sociedade por isso diríamos dos mais entusiastas que se esse Estado “[...]se ocupado por mentes benfeitoras, seria capaz de resolver grande parte dos problemas sociais” (SANTOS; MARCASSA, 2020, p. 205).

Para perscrutar os caminhos da conceituação do Estado recorrer aos clássicos é sempre um convite necessário e essencial. Para dialogar com Thomas Hobbes uma das figuras que oportunizou um grande debate em torno da definição do Estado. Esse pensador observava que o homem por sua natureza é uma figura questionável da qual não merece confiança e nem é capaz por si só de manter a própria sobrevivência da espécie nesse sentido ele vai imperar com a necessidade de um pacto social, mas esse pacto social elaborado por esses indivíduos também não é suficiente para assegurar a continuidade da espécie e por isso ele entende que precisa algo mais para Hobbes a essência do seu conceito de Estado é “[...] um poder coercitivo, soberano e absoluto, cujo papel é limitar a liberdade individual, tanto para evitar a violência e a guerra, como para favorecer a prosperidade e conformar coletivamente a vontade” (SANTOS; MARCASSA, 2020, p. 208).

Hobbes torna-se figura central na defesa de um Estado que vai de encontro com a necessidade da sociedade burguesa onde atualiza a necessidade da imposição de poder, de controle de um grupo sobre o outro.

Já para outro grande clássico e para muitos o grande pai do Liberalismo John Locke também pode ser conhecido como um legalista pois acredita que a grande limitadora no pacto social não é a espada, mas as leis. De forma bem resumida pode-se dizer que o Estado em Locke é “resultado do consentimento da maioria, definição esta que se apoia numa ética pragmática, utilitária e individualista que tem como objetivo conservar a propriedade, sendo esta o pressuposto do bem público e condição de prosperidade na sociedade civil” (SANTOS; MARCASSA, 2020, p. 209).

Já Rousseau uma das grandes personalidades da filosofia moderna muitas vezes incompreendido por ser um liberal que articula uma crítica à propriedade privada, mas também se apoia na ideia do pacto social, com ideias diferentes de Hobbes por não acreditar numa essência tão maléfica do homem. Rousseau não defende um pacto onde cada pertencente inclui suas necessidades, mas pelo contrário para ele o verdadeiro pacto é abrir mão dos seus interesses por uma causa maior como é afirmado por Santos e Marcassa “O contrato é uma forma de associação que defende e protege a pessoa e seus bens de toda a força comum, para cuja existência deve haver total alienação, por parte de cada associado, de seus direitos naturais a toda comunidade, condições igualmente impostas a todos.” (p. 210).

É importante destacar que essa conceituação de Estado pelos pensadores modernistas lançou as bases para a sociedade burguesa, pois é ali que podemos observar um pacto social do qual somente uma parte vai ter sim sua segurança garantida e sua propriedade protegida, o poder material começa a se concentrar na classe burguesa essa que já havia derrubado o Antigo Regime para ter posse e controle do tal mercado que se torna a tal mão invisível tão adorada pelos liberais.

A história permite compreender claramente os caminhos da classe burguesa para se tornar dominante e ela se torna conservadora justamente para ter o controle de que os próximos passos poderiam mantê-la sempre no controle dos próximos caminhos que seriam percorridos. Nesse sentido para poder continuar ser dominante “ela é obrigada a criar conceitos, ideias, laços, enfim, manifestações ideais capazes de ocultar as contradições entre capital e trabalho geradas pelo desenvolvimento do capitalismo” (SANTOS; MARCASSA, 2020, p. 211).

Esse capitalismo que opera nas contradições das classes dominante e dominada vai buscar no Estado todas as possibilidades de se organizar com o intuito de manter as estruturas enraizadas fazendo com que mesmo diante de mudanças eles não percam seus status. A medida com que a classe burguesa está com o poder em mãos ela faz de tudo que aquilo que para ela é útil cria elementos para que todos que estejam sob seu controle se sintam contemplados.

Observando os contextos dos quais a burguesia vai montando todos os ideais para ter um Estado todo seu é nesse momento que Marx vai apresentar uma visão negativa do Estado e da política ele vai dizer que que esses dois elementos são instrumentos de alienação das quais não passa de formas de manter a sociedade de exploração de uns sobre outros (SANTOS; MARCASSA, 2020).

Vale ressaltar que em Marx o Estado é produto do caráter inconciliável das contradições de classe e reforça que sem a existência das lutas de classes o Estado não existiria. (LENIN, 2017). Nesse sentido é possível observar que o Estado é algo transitório “uma etapa que estaria destinada a ser superada na medida em que o proletariado concretizasse a sua missão histórica, que é a instauração da sociedade sem classes.” (SANTOS; MARCASSA, 2020, p. 214).

Observando as ideias de Marx e Engels do qual o Estado está fadado a ser extirpado pelo ideal do fim da sociedade de classes também pode ser reafirmado com Lenin (2017) ao salientar que a riqueza do pensamento de Engels tornou-se um verdadeiro patrimônio do pensamento socialista quando trata sobre o definimento e morte do Estado. Lenin (2017) se refere ao pensamento de Engels ao tratar de que o primeiro ato do Estado onde ele age realmente representado toda a sociedade e torna-se também o último ato sendo a tomada dos meios de produção para a sociedade.

Lenin (2017) continua a observar Engels quando trata que o Estado só se constituiu como tal em função da sociedade de classes, ele representa toda a sociedade porque ele é uma corporação visível e também reforça que durante toda a sociedade ele foi a figura representativa da sociedade escravista, feudal e na contemporaneidade a burguesia.

Lenin também contribui para uma análise associada diretamente do Estado moderno com a sociedade capitalista “da propriedade privada e do antagonismo de classes, ou seja, tinha a clareza de que seria necessário se apropriar de uma teoria crítica capaz de desvelar a sociedade burguesa e construir a superação dessa” (SANTOS; MARCASSA, 2020, p. 215).

É importante reforçar o quanto o Estado direcionava-se diretamente a uma atuação desfavorável da classe proletária essa classe era praticamente inexistente nesse sentido é possível perceber os caminhos que levam aos ideais revolucionários na Rússia. Tendo em vista que a revolução Russa inicia com a tomada da burguesia do poder essa que foi considerada a primeira etapa tendo em vista que o proletariado não tinha ainda a consciência de organização para chegar ao poder naquele momento. Lenin vai apoiar e “estabelecer como metas a tomada do poder proletário, o aniquilamento do Estado burguês e a insurreição armada” (SANTOS; MARCASSA, 2020, p. 216).

Dando continuidade na caminhada de entendimento ao Estado burguês Lenin se propôs a observar a democracia como instrumento do Estado que admite a submissão da minoria à maioria, nesse sentido é possível observar a necessidade mais uma vez de superação do Estado que esse permite toda forma de violência de uma classe sobre a outra e Lenin dessa forma observa que na passagem do socialismo para o comunismo a submissão e as violências desaparecerão (LENIN, 2017).

Também é possível de observar o que Lenin dialoga com o Estado como um instrumento que pode ser útil a medida com o que realmente pode ser feito com ele nesse sentido as autoras dialogam diretamente com a contemporaneidade ao observarem que “um dos maiores desafios na luta pela superação do capital em um contexto no qual a velha quimera da conciliação de classes, acompanhada da tomada do Estado como um fim em si mesmo.” (SANTOS; MARCASSA, 2020, p. 216). Nesse sentido não podemos deixar de olhar aos campos da esquerda da atualidade que para chegar ao poder ou até mesmo se manterem no poder se apoiam num Estado que viabiliza poder, mas que também é possível de permitir golpes abruptos.

Ao observar as reflexões que são trazidas por Marx à luz do Estado que ele define como Burguês é possível definir como as políticas educacionais se moldam no Brasil a partir de 2016 com características claramente relacionada diretamente com a direita ultraliberal que toma o poder.

De acordo com as autoras Evangelista e Pereira (2019) é possível entender os interesses neoliberais nas políticas educacionais no momento que acontece a difusão do conhecimento articulado com o empresariado para os espaços escolares, uma das revistas mais conhecidas pelos professores é a Nova Escola, essa que deixou a fundação Abril e passou a ser comandada pelo grupo da Fundação Lemann. Essa fundação nos últimos anos tem se demonstrado cada vez mais afoita pelas políticas educacionais, ela tem interagido nas decisões educacionais do país de uma forma bem pontual.

A nova revista, que passou por mudanças em 2015, foi alvo de estudos e proporcionou uma interessante reflexão sobre questões bastante atuais, principalmente em relação às discussões sobre o currículo. Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 rapidamente os professores passaram a conhecer as mudanças que fariam parte de seus cotidianos, a revista aqui apresentada aproveitou muito seu espaço de difusão para expor todos os interesses do qual ela sempre faz parte a intervenção do currículo agora com o passe livre para o empresariado após as abruptas mudanças que o cenário político enfrentou de 2016 em diante.

A Fundação Lemann é uma das grandes entusiastas da BNCC ela é integrante do Movimento Pela Base que segundo eles é “um grupo não governamental e apartidário de pessoas, organizações e entidades que desde 2013 se dedica à causa da construção e implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio” (MOVIMENTO PELA BASE, 2021). Mas se a análise for mais aprofundada pode-se observar que os representantes do conselho desse movimento são provenientes das empresas: Itaú, Inspirare, Unibanco, SM, Santillana, Lemann e FGV. Instituto Ayrton Senna, Natura, Fundação Roberto Marinho são outras de algumas empresas que atuam em prol da BNCC (MOVIMENTO PELA BASE, 2021).

As reportagens apresentadas na Nova Escola analisadas pelas autoras Evangelista e Pereira (2019) têm um interesse claro em fortalecer a ideia de que a BNCC é uma construção coletiva, isso acontece claramente pelo contrário, tendo em vista que grande parte dos professores à medida que tiveram contato com o documento queriam saber de onde veio e intensificar incessantemente a coletividade da base foi uma grande estratégia do empresariado ultraliberal.

Outro campo onde a Fundação Lemann insistiu fortemente através de sua revista foi na tentativa de despolitização da base, em vários momentos ela discute a questão suprapartidária, um discurso controlador influenciando professoras e professores na

tentativa de garantir um esvaziamento do debate político e das concepções políticas, nesse sentido é importante observar a intensificação da lógica da direita ultraliberal em se apoderar da educação pública com um discurso apolítico.

Ainda na esteira dos problemas que estão relacionados com os interesses neoliberais, pode ser visto de acordo com Ferraro (2009) que historicamente pode ser visto vários tipos de liberalismo, isso também acontece no Brasil e essas propostas e interesses estiveram presentes em vários períodos específicos. No ensino médio brasileiro à medida com que essa última etapa da educação básica vem sendo atacada pelos interesses do empresariado dentre os vários liberalismos há um caso que merece atenção especial.

Nas mudanças que aconteceram em 2017 no Ensino Médio brasileiro é notório o liberalismo à moda Mandeville como é possível observar nas suas palavras “não ensinar aos trabalhadores mais do que o estritamente necessário (útil) para o exercício da profissão” (MANDEVILLE, 2001). Infelizmente a fala do autor é claramente absorvida por aqueles que possuem interesse na chamada reforma do Ensino Médio, logicamente eles não usam o referido autor nas suas justificativas, mas escancaradamente ela aparece no desejo para dominar a juventude e moldar ao interesse dos grandes empresários. Em 2017 era visto que a ultradireita que tomava o poder tinha um interesse em, por exemplo, retirar a obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia, pois os mesmos acreditam que o que precisa é objetividade e mão de obra barata.

Mandeville destacado por Ferraro (2009) é um dos personagens do liberalismo com grande defesa da não gratuidade do ensino, acreditava que somente a igreja poderia ensinar algo de graça, eis a sua cruel fala em desconsiderar o mundo desigual proporcionado pelo capitalismo, esse grande liberal acreditava com toda veemência que a pobreza e a ignorância eram necessárias para a pedagogia da doma. Hoje há um cuidado para que essa pedagogia não seja exposta, pois não soaria bem aos efeitos midiáticos que são utilizados pelo governo na tentativa de reafirmar os seus interesses.

Quando é observado os a reforma do Ensino Médio as ideias de Mandeville se fazem muito presente há uma tentativa clara de esvaziamento de conteúdos, pois a Base Nacional Comum Curricular que é homologada posteriormente a promulgação da lei nº 13.415/2017 apresenta conteúdos obrigatórios somente para a Língua Portuguesa e a Matemática nos três anos do Ensino Médio, também o uso dos itinerários formativos flexibilizando o currículo. Tudo isso vai na mão do que acreditava Mandeville na

aprendizagem circunscrever-se às “coisas úteis”, isso não passa dos interesses e demandas do mercado (FERRARO, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre as concepções do Estado e refletir o Estado em Marx é sempre algo importante e complexo principalmente quando dialogamos com autores como Lenin que é sempre de certa forma pouco varoizado na comunidade acadêmica. Por isso aqui é possível estabelecer diálogos importantes que norteiam o entendimento de questões muito atuais a medida que o Brasil enfrenta extremas dificuldades na educação brasileira principalmente por uma visão ideológica ultrapassada e que não vai de encontro com os anseios das juventudes brasileira.

Levando em consideração a chegada dos ultraliberais no poder o Brasil assiste de forma espantosa que aquela concepção de Estado liberal e o Estado Burguês como define Marx ganha envergadura, como foi possível observar o Estado sempre esteve ali do mesmo jeito inclusive quando o poder foi ocupado pelos progressistas até mesmo pela governabilidade o Estado atuou sempre da mesma forma. O grande diferencial é que nesse momento toda força do Estado inclusive as políticas públicas são desviada notadamente aos interesses do empresariado e dos ultraliberais.

REFERÊNCIAS

FERRARO, Alceu Ravanello. Liberalismos e educação: ou por que o Brasil não podia ir além de Mandeville. **Revista Brasileira de Educação [online]**. 2009, v. 14, n. 41. pp. 308-325. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/NXxRMDg5WFSpDqxcWPcXXNG/?lang=pt#>. Acesso em 26 jun. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 27-44.



LOZADA, G.; NUNES, K. S. **Metodologia científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MOVIMENTO PELA BASE. **Quem Somos**. Disponível em:
<https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>. Acesso em 26 jun. 2021.

PEREIRA, J. N.; EVANGELISTA, O. QUANDO O CAPITAL EDUCA O EDUCADOR: BNCC, NOVA ESCOLA E LEMANN. **movimento-revista de educação**, n. 10, p. 65-90, 30 jun. 2019.

SILVA, Mariléia Maria; MARCASSA, L. P. **O Estado contemporâneo sob as lanternas de Lênin**: definindo o grande Leviatã. *Germinal: Marxismo e educação em debate*, v. 12, p. 1-17, 2020.